Politécnico de Coimbra

Ata n.º 2/2020
10 de julho de 2020

------- Aos dez dias do mês de julho de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, na Escola Superior Agrária de Coimbra, presidido pela sua Presidente, Filomena Girão. ----------

------- Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1) e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC) Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior Agrária (ESAC), João Noronha, o Presidente da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), Rui Antunes, o Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde (ESTeSC), João José Joaquim, o Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), Pedro Costa, o Diretor do Instituto de Investigação Aplicada (IIA), Jorge Bernardino, e o Administrador dos Serviços de Ação Social (SAS), João Lobato. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Aida Moreira da Silva, Ana Maria Sarmento Coelho, Ana Rosa Coelho, Fernando Lopes de Almeida, Joana Santos, Lúcia Simões Costa, Maria de Fátima Neves, Maria Lúcia Santos e Rui Branco Lopes (Doc. 2). ----------

------- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte:----------

-------A) INFORMAÇÕES:----------

-------Ponto 1 – Informações;----------

-------a) Processo eleitoral do Conselho Geral;----------

-------B) DELIBERAÇÕES:----------

-------Ponto 2 – Discussão e votação da Conta de Gerência Consolidada do IPC de 2019;----------

------ Ponto 3 – Discussão e votação do Relatório de Atividades do IPC de 2019;----------

-------Ponto 4 – Votação dos valores de propina para o ano letivo 2020/2021;----------

-------Ponto 5 – Discussão e votação da proposta de Estatutos do Instituto de Investigação Aplicada do IPC;------

------Ponto 6 – Cooptação de personalidades externas para integrarem o Conselho Geral; ----------

------Ponto 7 – Análise da situação do ensino superior no contexto da pandemia de Covid-19;----------

------C) OUTROS ASSUNTOS:----------

------Ponto 8 - Outros assuntos.----------

------Verificando-se a existência de quórum, a Presidente do Conselho Geral (PCG), Filomena Girão, cumprimentou os membros presentes e deu início à sessão.----------

------A) INFORMAÇÕES----------

------**Ponto 1 – Informações;** A PCG começou por dar as boas vindas ao novo conselheiro Eduardo Rodrigues Ferreira, representante do corpo discente. Comunicou também a renúncia do conselheiro externo, João Pais de Moura, por motivos pessoais.----------

------**a) Processo eleitoral do Conselho Geral;** A PCG informou que o mandato atual do Conselho Geral irá terminar no dia 12 de dezembro, pelo que será necessário realizar uma reunião no mês de setembro ou no início do mês de outubro para aprovar o calendário eleitoral e o regulamento eleitoral para eleição do novo CG.----------

B) DELIBERAÇÕES:----------

------**Ponto 2 – Discussão e votação da Conta de Gerência Consolidada do IPC de 2019**; A PCG deu a palavra ao PIPC para que apresentasse a Conta de Gerência Consolidada do IPC de 2019 (Doc. 3). Concluída a apresentação, a PCG deu a palavra aos conselheiros para que se pronunciassem sobre este ponto, não tendo havido intervenções. A PCG recordou os membros presentes que a aprovação da Conta de Gerência Consolidada carece do parecer dos Elementos Externos (EE) do CG (Doc. 4), nos termos do nº 3 do artigo 24º dos Estatutos do IPC. Por forma a providenciar a elaboração do referido parecer foram recolhidos os contributos dos EE, tendo o documento final sido aprovado por unanimidade. Após esta informação, a PCG deu nota da conclusão do parecer dos Elementos Externos: os EE são de parecer que a Conta de Gerência Consolidada do IPC para 2019, proposta pelo Presidente, reúne condições para ser aprovada. Em seguida, a PCG colocou a Conta de Gerência Consolidada do IPC de 2019 a votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: votos a favor: 18 (dezoito) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 1 (um) voto. Em face do resultado, a Conta Consolidada do IPC de 2019 foi aprovada por maioria dos conselheiros presentes.----------

------**Ponto 3 – Discussão e votação do Relatório de Atividades do IPC de 2019;** A PCG deu a palavra ao PIPC para que apresentasse o Relatório de Atividades do IPC de 2019 (Doc. 5). Entrou na reunião o conselheiro Nuno Carvalho. Concluída a apresentação, a PCG deu a palavra aos conselheiros para que se pronunciassem sobre este ponto, não tendo havido intervenções. A PCG colocou o Relatório de Atividades do IPC de 2019 a votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: votos a favor: 20 (vinte) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 0 (zero) votos. Em face do resultado, o Relatório de Atividades do IPC de 2019 foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes.----------

------**Ponto 4 – Votação dos valores de propina para o ano letivo 2020/2021;** A PCG deu a palavra ao PIPC. O PIPC apresentou a proposta para os valores de propinas a praticar no próximo ano letivo para os cursos de licenciatura, de CTeSP e de mestrado quando a sua conjugação com um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado seja indispensável para o acesso ao exercício de uma atividade profissional, em máximo de €697,00 (seiscentos e noventa e sete euros) e mínimo de €495,00 (quatrocentos e noventa e cinco euros), bem como do valor da propina para o mestrado em Ensino da Língua Gestual Portuguesa, em €697,00 (seiscentos e noventa e sete euros) (Doc.

6). Tendo sido colocada à votação, foi obtido o seguinte resultado: votos a favor: 20 (vinte) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 0 (zero) votos. Em face do resultado, a proposta de fixação do valor de propinas no ano letivo de 2020/2021, foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. ----------

------**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de Estatutos do Instituto de Investigação Aplicada do IPC;** A PCG deu a palavra ao Diretor do IIA, Jorge Bernardino, para que fizesse o enquadramento da proposta de Estatutos do IIA (Doc. 7). Seguidamente a PCG colocou a proposta de Estatutos do IIA à votação, tendo sido obtido o seguinte resultado: votos a favor: 20 (vinte) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 0 (zero). Em face do resultado, a proposta foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes.----------

------**Ponto 6 - Cooptação de personalidades externas para integrarem o Conselho Geral**; Não tendo sido apresentada nenhuma proposta de personalidade externa a cooptar para integrar o Conselho Geral, foi decidido reagendar este ponto para a próxima reunião do CG.----------

------**Ponto 7 – Análise da situação do ensino superior no contexto da pandemia de Covid-19;** A PCG começou por manifestar o seu agradecimento expresso ao IPC, aos docentes, profissionais não docentes e, principalmente, aos alunos, pela sua capacidade de readaptar aos novos tempos. Seguidamente pediu aos Senhores Presidentes das Escolas que dessem conta do que foram os seus maiores constrangimentos durante este período. O Presidente do ISCAC, Pedro Costa, referiu ter ficado demonstrado que não é possível o ensino à distância substituir o ensino presencial mas que os dois modelos se complementam. Referiu também que o ensino à distância agrava as desigualdades sociais e dificulta a interação e o acompanhamento dos alunos, mas que, por outro lado, permite a alguns estudantes, que normalmente não o fariam, aceder às aulas. Referiu ainda o problema das avaliações. O Presidente da ESAC, João Noronha, ressaltou que o que houve foi um ensino presencial à distância, mas que não é *e-learning* nem *b-learning*, o que obrigaria a formação e à adaptação dos cursos, mas que funcionou, embora não seja verdadeiramente um sistema alternativo. O Presidente da ESTeSC, João José Joaquim, destacou o envolvimento e compromisso de toda a comunidade, docentes, não docentes e alunos. Referiu que a Escola tem a particularidade de estar depende de entidades externas, nomeadamente hospitais, para parte da formação dos alunos e que estão ainda com alguma dificuldade em retomar estas atividades, havendo alunos do último ano que ainda não concluíram os cursos por não poderem realizar os estágios. O Presidente da ESEC, Rui Antunes, referiu que a Escola e o IPC atuaram bem na situação de crise, também com o contributo da plataforma disponibilizada pela FCT, mas que não nos podemos iludir que aquilo que foi feito não é *b-learning*. Referiu também que há ainda dificuldade na realização dos estágios. Considerou que foi uma boa experiência do ponto de vista pedagógico, mas que há ainda muito a fazer se quisermos um verdadeiro ensino à distância. Referiu ainda que a experiência teve um impacto positivo na componente não docente, que obriga a encarar o teletrabalho de outra forma, e também na realização de reuniões que habitualmente eram feitas presencialmente e que ficou

demonstrado que podem ser feitas por videoconferência com vantagem para todas as partes. O Presidente da ESTGOH, Carlos Veiga, salientou o aumento significativo de presenças nas aulas e referiu ter tido um *feedback* positivo dos alunos e do reconhecimento do trabalho dos docentes o que obrigou também os professores a corresponderem a essa expectativa. Referiu ainda que para este modelo de ensino será necessário gerar material pedagógico diferente, que permita outro tipo de aprendizagem, e fazer um esforço de formação grande ao nível do corpo docente. Ausentou-se da reunião o conselheiro Adélio Saraiva. O Presidente do ISEC, Mário Velindro, salientou que as aulas à distância foram logo iniciadas e que também se verificou um aumento do número de alunos. Referiu que entretanto foram retomados os estágios. Salientou o esforço dos que se mantiveram a trabalhar presencialmente e manifestou o seu agradecimento aos professores, alunos e trabalhadores não docentes que se envolveram na produção de viseiras para distribuir por várias entidades. Seguidamente a PCG deu a palavra aos representantes dos estudantes. O conselheiro Hugo Fonseca referiu que o ISCAC tomou as medidas de higienização adequadas no retomar das atividades presenciais, mas que irá enfrentar dificuldades quando recomeçarem as aulas devido ao elevado número de alunos, a não ser que haja desdobramento de turmas. Considerou importante retomar as aulas presenciais mas também criar condições a quem não se pode deslocar para assistir às aulas de não ter de o fazer. Referiu ainda a necessidade de repensar os modelos de avaliação à distância, bem como a necessidade de uma maior regulamentação das aulas assíncronas, de criação de procedimentos e de haver formação para docentes e alunos. O conselheiro Pedro Fadiga considerou que se conseguiram adaptar mas que não foi o ideal. Deixou uma nota de louvor aos professores e aos estudantes que se adaptaram muito bem e que até ajudaram os docentes, uma vez que nem todos estavam preparados do ponto de vista tecnológico para se adaptarem a este método de ensino. Referiu ainda que os professores alteraram a avaliação, aumentando a componente dos trabalhos, o que foi entendido como uma forma mais justa de avaliar os alunos, mas que, por outro lado, aumentou a carga dos estudantes, tendo também havido discrepâncias entre os docentes quanto ao tipo e exigência dos trabalhos. O conselheiro Eduardo Ferreira referiu não ter sido diretamente afetado uma vez que já está a fazer a dissertação. Aproveitou a oportunidade para apelar à valorização das áreas de agro pecuária e de agricultura na ESAC e para salientar o trabalho do Prof. Rui Amaro na recuperação dos edifícios da Escola. A PCG abriu a discussão aos restantes membros do CG. Interveio o conselheiro Nuno Carvalho que ressaltou a colaboração dos estudantes. Referiu que em termos de avaliação foi necessário fazer algumas adaptações o que exigiu maior esforço da parte dos docentes, concretamente, e no seu caso, com trabalhos e provas escritas com consulta. Salientou ainda que deve ser feita uma reflexão em relação aos mestrados, quer quanto ao corpo docente, quer principalmente na estrutura curricular dos mestrados, a fim de captar mais estudantes. O conselheiro António Leal considerou que dentro das limitações e face às circunstâncias, o Politécnico esteve muito bem. Referiu que, a repetir-se o ensino à distância, será necessário

garantir que todos os alunos têm condições para aceder às aulas, mas que até pode ser uma vantagem que o Politécnico pode explorar ter em simultâneo aulas presenciais e aulas à distancia, para alunos que querem estudar mas estão longe, como os alunos que estão a trabalhar, e também para estudantes internacionais. A conselheira Teresa Mendes lançou o desafio de ser constituída uma comissão das diferentes Escolas do IPC para refletir o que será o ensino no futuro, considerando que esta é uma oportunidade criada pela pandemia para revisitar Bolonha, rever metodologias e procurar novas abordagens. O conselheiro José Diogo referiu ser interessante ver como é que o IPC pode dar um contributo numa perspetiva de futuro. A conselheira Susete Fetal manifestou a sua preocupação relativamente ao próximo semestre. Referiu que pensando em aulas nos dois modelos em simultâneo haverá um enorme esforço de logística, horários, ocupação das salas e laboratórios, movimentação dos alunos, limpeza e higienização dos espaços, todo um trabalho de fundo que é urgente fazer, tendo o Presidente do ISEC, Mário Velindro, informado que essa planificação está a ser feita. O conselheiro Helder Santos salientou de forma positiva o ensino presencial de emergência, mas alertou que será um erro se o prolongarmos, considerando que efetivamente teremos de planear uma metodologia pensada de raiz para um formato de ensino de *e-learning* ou *b-learning* com metodologias próprias, complementar ao ensino presencial. O Presidente do ISCAC, Pedro Costa, referiu que a escola irá ter uma quebra significativa de receitas, que é uma escola com grandes dificuldades financeiras que serão agravadas com a situação atual. A conselheira Ana Paula Quelhas salientou uma questão muito relevante que é o espaço, considerando que alterar horários, fazer horários rotativos, aumentar intervalos para desinfeção, será particularmente difícil no ISCAC, o que condicionará o funcionamento em condições de segurança. O conselheiro Hugo Fonseca sugeriu que, não havendo possibilidade de lecionar aulas presenciais para todos os alunos, seja dada prioridade às turmas do 1º ano. O PIPC considerou que no IPC reagimos bem e salientou que os professores também estiveram na linha da frente e que asseguraram uma parte do funcionamento do país que foi muito importante no combate às consequências da pandemia. Referiu que já foi feito o pedido de um milhão de euros correspondente aos gastos a mais com a pandemia de Covid-19 e à quebra de receitas, mas que se tivermos de avançar com a divisão de turmas, este valor irá no mínimo para o triplo, e que mesmo com desdobramentos há a dificuldade dos espaços. Referiu que devemos voltar ao ensino presencial dentro daquilo que for possível, mas que é ainda uma incógnita de até onde podemos ir, devendo ser equacionado onde é que poderemos ter ganhos em passar para o *on-line.* Referiu ainda que cada Escola terá de avaliar as suas condições pedagógicas e espaciais e que, centralmente, teremos de estar articulados com as orientações da tutela. Encerrada a discussão deste ponto, a PCG salientou que nos devemos centrar nas oportunidades, como seja dar resposta às muitas pessoas desempregadas que terão de se requalificar, e minimizar os problemas. A PCG propôs um voto de louvor a toda a comunidade IPC, docentes, estudantes e profissionais não docentes, pela forma como prontamente se soube adaptar às circunstâncias excecionais

decorrentes da pandemia pela doença Covid-19, pelo seu esforço, determinação e capacidade de readaptar aos novos tempos, em particular com o assegurar de atividades até então presenciais por canais à distância, continuando a lecionar aulas e a prestar serviços indispensáveis, bem como pelas iniciativas levadas a cabo em prol da comunidade, através de parcerias com autarquias e instituições várias. Colocada à votação, foi obtido o seguinte resultado: votos a favor: 19 (dezanove) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 0 (zero) votos. Em face do resultado, a proposta foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. De seguida a PCG propôs que houvesse uma redefinição do objeto da Comissão permanente do CG para refletir o que será o ensino no futuro. Tendo sido posta a votação, a proposta obteve o seguinte resultado: votos a favor: 19 (dezanove) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 0 (zero) votos. Em face do resultado, a proposta foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. A PCG solicitou aos membros presentes que manifestassem a sua disponibilidade para integrar esta Comissão, tendo respondido afirmativamente os conselheiros: Teresa Mendes e Hélder Simões. Os restantes elementos da Comissão serão integrados posteriormente em função da sua disponibilidade para o efeito.----------

C) OUTROS ASSUNTOS:----------

-----**Ponto 8 - Outros assuntos;** O PIPC solicitou a introdução de um novo ponto à ordem de trabalhos que tendo sido aceite, passou a apresentar. - **Proposta de participação do IPC no capital social do iParque – Parque Tecnológico de Coimbra.** O PIPC referiu ter sido proposto ao IPC passar a pertencer à estrutura acionista do iParque, através da participação no capital social com uma quota igual à da Universidade de Coimbra, no valor que andará à volta dos €50.000,00 (cinquenta mil euros). Tendo sido posta a votação, a proposta obteve o seguinte resultado: votos a favor: 18 (dezoito) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 1 (um) votos. Em face do resultado, a proposta foi aprovada por maioria dos conselheiros presentes.----------

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pela Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei.----------

Ana Cristina Abreu